

A MEMÓRIA COMO CAMPO DE LUTAS E OS DIREITOS HUMANOS COMO SEU HORIZONTE TARDIO E IMEDIATO

Paulo Endo¹

RESUMO

Este artigo analisa a dinâmica das lutas pela memória em diferentes contextos geográficos, mas também políticos e subjetivos. Procura indicar as contradições inerentes a cada um dos lugares onde se realizam e travam as chamadas lutas pela memória, destacando as estratégias que as constituem. Procura analisar a tensão entre desejo e necessidade de democracia e a produção e a tarefa testemunhal. Considera que a experiência traumática pode ser analisada como o fracasso da democracia e, ao mesmo tempo, como a evidência da passagem da força bruta, tanto no sentido do que foi impossível destruir, quanto no sentido do que fora destruído de uma vez e para sempre.

Palavras-chave: memória-testemunho-psicanálise-trauma-democracia

ABSTRACT

This article analyzes the dynamics of memory struggles in different geographical, political and subjective contexts. It seeks to indicate the contradictions inherent in each of the places where the so-called memory struggles are held and happen. It highlights the strategies that constitute them. It starts to analyze the tension between desire and necessity of democracy and the testimonial task and its production. It considers that the traumatic experience can be analyzed as the failure of democracy and at the same time as the evidence of the passage of brute force both in the sense of what it was impossible to destroy and in the sense of what had been destroyed once and for all.

Key words: memory-testimony-psychoanalysis-trauma-democracy

1 Psicanalista, pesquisador e professor Livre-Docente do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. É pesquisador produtividade do CNPq (nível 2). Coordena o Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos, Democracia, Política e Memória do Instituto de Estudos Avançados da USP. É pesquisador da *nit Research on Dreams, Memory and Imagination Studies da Universidade de Gdansk* (Polônia), associado da *Memory Studies Association* (Copenhague/Amsterdã/Madrid) e assessor dos *Territorios Clínicos de la Memoria* (Argentina) e do Centro pelo Direito e pela Justiça Internacional (Brasil). É um dos pesquisadores principais do projeto *Auschwitz ex-prisoners'dreams* sediado na Polônia. Organizador da plataforma Psicanalistas pela Democracia e autor agraciado com o prêmio Jabuti 2006, com a obra *A Violência no Coração da Cidade: Um Estudo Psicanalítico* (FAPESP/Escuta). E-mail: pauloendo@uol.com.br

Os exercícios e trabalhos em torno e sobre a memória social e política são crescentes e cada vez mais complexos. O campo da memória social e política se constitui hoje como um imenso lugar de produção de falas, símbolos e ações que tensionam politicamente os que não podem (e não querem) esquecer, e os que, deliberada ou inconscientemente, atentam contra essa lembrança.

Nesse embate decisivo sobre o tempo e o lugar dos mortos, dos desaparecidos, dos machucados pela violência; sobre as feridas curadas e aquelas que jamais se curam; sobre o passado e o destino de povos, comunidades, famílias e sujeitos herdeiros dessas violências sofridas articula-se o tempo sem tempo da origem e do devir, colocando em colisão o tempo da demolição e do apagamento e o tempo do porvir. É este tempo do amanhã que foi inúmeras e sucessivamente ameaçado quando o futuro era severamente golpeado e a vida impedida pelo cárcere, pela privação da liberdade, pela tortura e pela morte.

De nenhum modo as chamadas lutas pela memória se esgotam na construção e preservação de sítios e lugares de memória, na constituição de arquivos e em políticas de reparação, mas tais lutas estendem-se sobre a própria definição de cultura e seu papel inercialmente político de disputa pelas narrativas, espaços, manifestações políticas e culturais e lugares onde elas persistem e existem. Contribuem com elas, decisivamente, pela via da fala testemunhal, as narrativas e os relatos escritos e orais como formas de expressão e de resistência nas quais determinados sujeitos são reconhecidos e/ou ouvidos, desde o lugar onde foram calados, muitas vezes por obra da força bruta e da violência.

Tais narrativas e testemunhos se propõem como falas singulares e introduzem novas exigências e novos problemas para os historiadores, convocando áreas como a psicanálise, a literatura e as artes como releituras urgentes de enormes *monolitos de silenciamento*, erguidos sob as condições do trauma e das consequências inconscientes, estéticas e simbólicas das catástrofes sociais e políticas.

A produção e os acervos que hoje reúnem testemunhos, relatos, narrativas e tentativas de representação de atrocidades são componentes essenciais, se quisermos conhecer os limites extremos de práticas e mecanismos de repressão e controle praticados por governos, grupos e sujeitos que decidiram pela violência sistemática coagir, oprimir ou eliminar outros grupos e pessoas.

Ocorre que a despeito da assimetria de forças que possibilita a prática de atrocidades, *frequentemente* é a palavra que vem a destronar o *império do silenciamento* imposto pela força bruta, e é ela que desafia, por vezes após anos e décadas, a prática atroz que, tudo levava a crer, determinaria

o fim definitivo dos indícios, sinais e lembranças, uma vez emudecido o sujeito, e destruída suas referências sociais, culturais e políticas. Um sujeito enquanto fala sua verdade e a publiciza coloca em cheque governos, igrejas e forças de segurança.

Nesse sentido o direito à memória se exerce não como direito de lembrar, mas como o direito de um único sujeito, que se ergue do seu infortúnio silenciado, para dizer publicamente o que lembra, o que custa lembrar, o que viveu e o que pensa e sente sobre um presente ou um passado brutal, sem que seja coagido, perseguido ou eliminado por isso. É também um direito à interpretação sobre esses acontecimentos que precisam ser indefinidamente revisitados para além de versões oficiais e genéricas; para além da própria historiografia e das versões hegemônicas - laicas ou religiosas - sobre o passado.

O direito à fala e à interpretação é um direito universal, mas manifesta-se, consolida-se e é exercido como singularidade, cada vez que um único sujeito decide falar/interpretar aquilo que deveria e poderia ser esquecido, sepultado e omitido a mando de facções, grupos e governos.

Pretendo apresentar aqui uma atmosfera geral dessa discussão, visitando esse vasto tema a partir de três eixos que caracterizam e destacam alguns aspectos que parecem-me fundamentais sobre o tema das lutas pela memória. Em seguida, retomarei brevemente às expressões e representações do traumático em algumas de suas expressões museológicas e/ou memoriais, explicitando as contradições que atravessam o tema da memória como direito humano e fundamental.

1) O eixo da impossibilidade da memória

Esse eixo indica os lugares e contextos nos quais falar, dizer, narrar e lembrar o passado atroz é ostensivamente coibido e coagido, em geral pelo uso da força bruta. Nesse lugares o simples ato de lembrar e narrar o lembrado poderia ter como efeito imediato apontar responsabilidades e responsáveis, constranger perpetradores, desentocar colaboradores e cúmplices. Dizer o lembrado e testemunhar representaria uma justa posição tensa entre a afirmação de um sujeito que fala em seu próprio nome - e decide narrar sua experiência e sua história - e tudo aquilo que foi feito para que este mesmo sujeito fosse aniquilado, destruído e derrotado a fim de que não se lembrasse e não se erguesse e, por conseguinte, não falasse.

Sob o manto da sua mortalha, um sujeito ergue-se para revelar um desejo de morte e destruição que, não raro, mobilizou grupos, governos e países. Como tal, portanto, sua fala é suspeita, vigiada e perigosa. Narrar a própria história representa, para alguns, o ressurgimento de um

sujeito singular que, por algum motivo, sobreviveu porque os meios para aniquilá-lo e emudecê-lo fracassaram. São, em geral, os sobreviventes, mas não apenas eles, também os que viram, souberam e foram implicados de algum modo no acontecido, mas não se reconhecem como cúmplices e querem dizer que estavam lá, mas não como os algozes. Foram envolvidos na atrocidade, mas não como perpetradores e, finalmente, não coadunaram com eles.

Consequentemente, e por portar um sentido de uma verdade silenciada, é que a fala desses sujeitos será perseguida, coagida e impossibilitada como perigo iminente. Ato contínuo, tal tentativa de dizer e testemunhar, em contextos de franca coação, reabilitaria também, e sobremaneira, a importância de escutar um sujeito, que por efeito da censura a ele aplicada, pareceria àquele a quem mais se deveria escutar. Como se ele/ela fosse portador de um segredo de liberdade e sua fala, portanto, inoculada de uma potência extraordinária. O psicanalista, por seu ofício, é uma testemunha privilegiada desses processos, porém num lugar em que a intimidade ocuparia o lugar da publicidade.

O sujeito calado, mas passível de fala, seria então o mesmo sujeito perigoso que guardaria uma potência capaz de colocar em cheque as falas oficiais e permitidas, as historiografias e versões, também oficiais e permitidas, que vieram antes dele. Por isso, muitas vezes, o ato simples de contar a própria história, pode ser uma experiência evitada e aterrorizante e, em alguns casos, pode custar a vida dos falantes. Muitos têm e tiveram de sair de suas comunidades e países de origem para, de fora e de longe contarem, publicarem e serem lidos e ouvidos em suas histórias e testemunhos após anos, décadas de fala interrompida. Neste primeiro eixo são incluídos países e governos onde vigem e vigeram ditaduras declaradas que trabalham e/ou trabalharam ostensivamente para o cerceamento das liberdades individuais e coletivas.

Isso acontece cotidianamente em Angola e na Coreia do Norte, por exemplo. Os angolanos, após quase 40 anos de guerras, têm procurado publicar, denunciar e relatar suas memórias dos anos de guerra e pós guerra, porém isso somente é possível pela via de publicações realizadas em outros países de língua portuguesa como Portugal e Brasil, ou por redes sociais hospedadas em provedores fora do país. Na Coreia do Norte podemos ter acesso a testemunhos sobre as prisões políticas no país apenas através de cidadãos fugidos para a Coreia do Sul e por auxílios e sistemas de proteção organizados em outros países para os fugitivos. Nestes casos não se trata, portanto, apenas de inibições, dificuldades e ausência de canais de fala e escuta livre, mas de vigilância constante contra o sujeito, acompanhados de formas de controle cotidianos sobre sua ação, seu pensamento e sua palavra. O que se pretende evitar é a

possibilidade de uma compreensão histórica que alie o passado, o presente e o futuro interpretando ou reinterpretando versões vigentes, oficiais e falseadoras da história.

Em países onde vigem francas ditaduras os trabalhos de memória tem de recorrer às astúcias da língua. Muitas vezes ali tem de ocorrer, estrategicamente, um deslizamento para outra campo semântico, como o campo das artes, na qual artistas ativistas utilizam a linguagem cifrada, não óbvia e não panfletária da arte, para preservar e se insurgir contra o comando do completo apagamento, emudecimento e/ou esquecimento. Por isso, nestes casos, a estratégia consiste em desatar, turvar as formas de controle oficiais para estancar o fluxo da memória. Isso ocorre, em geral, pela via do jogo não-literário que ludibria o discurso literal e burocrático do poder. A arte plástica, a literatura e a música operam então como estratégias de significação apropriada para que o que é preciso lembrar seja efeito de uma interpretação e não de uma percepção óbvia e literal. As artes celebram a arte do jogo para restituir pensamento, criação e linguagem nas fronteiras onde vida e morte se definem e se digladiam.²

Os governos e sociedades que atacam os trabalhos de memória têm, no fundo, uma e mesma ambição: administrar uma sociedade de assistidos, deixando a cargo dos que decidem a incumbência de julgar como e o que será assistido e o que será lembrado. Isso, muitas vezes, faz-se apostando na amnésia ou no medo de lembrar. Porém, quem não se lembra estará fora do jogo da interpretação histórica e condenado às repetições que lhe são impostas. Como sugere Freud (1914) “ou se recorda ou se repete”.³

Essas situações e conjunturas políticas condensam situações nas quais não é apenas a memória que está em risco, mas a possibilidade de exercê-la como singularidade identitárias e histórica e, portanto, viver, lutar e sonhar a própria liberdade e/ou democracia (em país, estado ou comunidade) à sua própria maneira. Afinal, onde e quando não se pode lembrar o passado, também não se pode projetar o futuro. Projetar, imaginar, sonhar o futuro é, sobretudo, um ato de liberdade que se realiza como experiência subjetiva e alteritária, de fazer constar no campo da cultura, da história e dos arquivos o que a própria cultura foi incapaz de elaborar. Esse é o sentido que as lutas pela memória emprestam ao devir político.

2 Não haverá espaço aqui para discutir o trabalho fundamental dos artistas da memória em muitos lugares do mundo. Remeto o leitor para onde poderá obter uma notícia ligeira sobre isso. Sobre arte e holocausto: Young, J. *At memory's edge: After images of the contemporary art and architecture*. New Haven: New Haven and London/ Yale University Press, 2000. Sobre arte e ditadura brasileira: Freitas, A. *Arte de Guerrilha*. São Paulo: Edusp, 2013.

3 Freud, S. [1914] Recordar, Repetir e Elaborar. In: Freud, S. *Obras Completas*, v.10. Tradução: Paulo César de Souza, São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.193-209.

Democracia, provisoriamente definida aqui, é a contínua e livre constituição de identidades constituídas pelo que se lembra e pelo que se esquece, pelo que se sabe e pelo que se ignora, pelo que se mostra e pelo que se omite a fim de confrontar verdades locais, regionais e parciais continuamente em disputa.

2) O eixo da quase-memória

O segundo eixo das políticas da memória ou da institucionalização dos trabalhos de memória, inclui as situações nas quais um discurso sobre a verdade circula, existe e joga o jogo político. Nesses contextos ocorre até mesmo algumas iniciativas de políticas de memória como a criação de memoriais e monumentos, intervenções de artistas aqui e ali, abertura de um ou outro arquivo e criação de comissões da verdade, porém tal institucionalização e presença convive com forças igualmente oponentes e contraditórias, que inibem o avanço rumo a uma abertura total para que todos os atos de memória se manifestem e sejam entregues às gerações seguintes que os interpretarão e agirão sobre eles.

Alguns exemplos referem-se à democracias jovens e ainda imaturas e não consolidadas no contexto latinoamericano, como é o caso do Brasil, Chile e Peru. Mas retrocessos nesse campo também podem ser encontrados no contexto europeu como Espanha⁴ e Polônia⁵.

3) o eixo da memória permitida

O terceiro eixo é o eixo da memória consolidada e permitida, no seio das quais não há empecilhos evidentes aos trabalhos da memória. Não há arquivos secretos, nem omitidos, há imenso parque de museus e memoriais públicos e vivos, ocorrem investigações permanentemente atualizadas pela imprensa, há inúmeras manifestações sociais, culturais e artísticas sobre o passado que transmite-se ao futuro e nenhuma omissão aparente sobre o ocorrido nos currículos escolares das novas gerações.

Contudo, nesses países ainda discute-se sobre os impasses da transmissão do passado às gerações futuras, ainda é incerto se as gerações

4 Na Espanha poucos são os memoriais sobre as vítimas da ditadura franquista e os crimes desse período permanecem completamente impunes. Sobre a Espanha ver documentário “O silêncio dos outros”, vencedor do 33º prêmio Goya e dirigido por Robert Bahar e Almudena Carracedo.

5 Em 2018 o presidente Andrzej Duda sanciona um projeto que permite a prisão de até três anos e o pagamento de multa a todo aquele que acusar a nação ou o estado polonês de participação nos acontecimentos do holocausto. Ver: BBC News Lei protege Polônia de acusações de conivência com crimes nazistas e cria mal-estar diplomático. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/lei-protege-polonia-de-acusacoes-de-conivencia-com-crimes-nazistas-e-cria-mal-estar-diplomatico.ghtml>. Data de acesso: 22/05/2018

vindouras serão capazes de impedir, evitar ou lutar para que outras catástrofes nunca mais aconteçam. Nesse caso, a Alemanha e Argentina talvez sejam os mais importantes exemplos e evidenciam que as lutas pela memória não encontram e nem reivindicam termo.⁶

São lutas continuadas que definem como inultrapassáveis os vestígios da memória traumática, cujas consequências se inscrevem com tal intensidade e profundidade que não há lenitivo possível, senão encontrar uma modo de conviver com sua sombra e atentar para evitar a repetição e os mecanismos que a perpetuam, esses que precisam ser desativados continuamente e permanentemente.

Esses três eixos nem sempre podem ser claramente distintos e discriminados e, em determinados contextos, eles ocorrem concomitantemente e de forma paradoxal e cínica.

MEMÓRIA E DEMOCRACIA

A articulação necessária entre os trabalhos de memória e o ambiente democrático, tal como tentei demonstrar até aqui, revela-se óbvia. Esquemáticamente, no primeiro eixo, podemos situar países que não atendem os princípios básicos da experiência democrática, considerando os três componentes essenciais de uma democracia segundo o Human Rights Watch:

- Eleições periódicas
- Regulado pelas leis
- Respeito aos direitos humanos de todos e sem exceções

O Human Rights Watch destaca, contudo, que:

Muitas ditaduras temem permitir qualquer tipo de eleições livres e justas, mas governos autoritários aprenderam também que é possível adotar a forma, mas não a substância da democracia, permitindo eleições frequentemente controladas e nada mais. Essas falsas democracias rejeitam princípios básicos como os que definem que governos devem prestar contas sobre as regras da lei ou do direito, limitados pelos direitos humanos que protegem as minorias e comprometidos em permitir e promover livres e contínuos debates.⁷

6 Ver: Assman, A. & Shortt, L. *Memory and Political Change*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2012 e Rousseaux, F. & Segado, s. *Territorios, escrituras y destinos de la memoria*. Buenos Aires: ternenmovimiento, 2018.

7 Ver: *Human Rights Watch. Rights Struggles of 2013: Stopping mass atrocities, majority bullying and abusive counterterrorism*. 2013. Disponível em: www.hrw.org/world-report/2014/essays/rights-struggles-of-2013?page=2. Data de acesso: 03/03/2019.

Nesses casos, podemos dizer que os trabalhos de memória só podem subsistir ou resistir, clandestinamente ou fora dos países e locais nos quais as violações ou desagравos persistem; ou ainda sob a forma de resistência, partindo de pessoas e grupos não governamentais, em luta por debater os critérios de verdade, nos lugares nos quais lembrar será sempre perigoso e esquecer será sempre um imperativo.

Os trabalhos e lutas pela memória têm florescido em países nos quais preservam-se ao menos um paradoxo entre, de um lado, discursos e instituições democráticas e, de outro, discursos e práticas não democráticas. Situações nas quais convivem grupos e pessoas que odeiam a democracia conquistada que lhes impõe partilha, transparência, senso de igualdade e respeito aos direitos fundamentais, e outros, que precisam urgentemente dela para não serem objetos de perseguição e violação histórica continuada. São as denominadas democracias em transição.

É possível dizer que os trabalhos da memória atingem esse ponto no qual o que está em cheque é o desaparecimento de histórias pessoais, comunitárias e políticas inteiras devido a possibilidade de sucesso de estratégias - de eficácia incontestável -, levadas a cabo por regimes não democráticos, ou democracias paradoxais ou situações de suspensão de direitos (como a de países em guerra ou sob o jugo de ditaduras), e que são determinados pela eliminação do dissenso, da oposição e da tensão das diferenças, em geral, por meio da força bruta e intimidação. Lugares onde a experiência da alteridade, necessariamente equívoca e incerta, é drasticamente evitada e substituída pela coação e imposição de uma determinada mesmidade resoluta e homogeneizadora.

‘Esqueça ou omita quem você acredita que é, e submeta-se àquilo que queremos que você seja: transforme-se em um de nós, ou mais um, subjulgado por nós.’ Tal imperativo levado a cabo pela via da força bruta, do terror e de ameaças constantes revela-se como instrumento eficaz que cria nos mecanismos sociais de aprisionamento, captura e coação uma das formas dramáticas que envolvem a coação da memória exemplificada ao extremo na situação de tortura.⁸

Pesquisadores alemães (Assman (2012); Schwab (2012), Brockhaus, (2012)) têm-se interessado pelo recrudescimento do sentido da memória e seu resgate, que passou a ocorrer na terceira geração após períodos de graves violações de direitos. São grupos de jovens protagonistas, muitos dos quais sequer viveram tais períodos, mas que hoje militam para manter

8 Remeto o leitor ao artigo Endo, P. Banido, bando, bandido, bandeirante. Percurso (São Paulo), v. 3, p. 61-70, 2014 onde comento o livro Joffily, M. No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). São Paulo: EDUSP, 2012 que trata com profundidade desse tema.

viva a memória desses acontecimentos. Quando isso acontece, mesmo que provisoriamente, é a transmissão que é recolocada em marcha após ter sido coagida. Ao mesmo tempo, o abismo entre experiências extremas de violências e atrocidades sofridas por gerações passadas e a indiferença das gerações ulteriores começam a ser elididas, ultrapassando dicotomias entre os que sofreram azaques e violências, porque viveram e lutaram contra elas, e os que nada sabem dela. Tal transmissão, não raro, ocorre de modo inconsciente, sutil e sorrateiro mesmo a despeito dos esforços dos vitimados por violência e atrocidades de se negarem a transmitir o que quer que seja, tendo decidido pessoalmente pelo silêncio.

Em muitos casos, os que nada sabem do passado atroz, simplesmente porque não haviam nascido durante a sua ocorrência, são os que se animam para restaurar a justiça perdida e dão continuidade à exigência da perpétua lembrança do traumático que resiste ao mero apagamento, como disse Freud diversas vezes (1900, 1920, 1938). De fato, não é incomum acompanharmos terceira e quartas gerações pesquisando, denunciando e lutando contra os efeitos de atrocidades passadas cometidas contra entes queridos e contra o país onde nascerem e viveram. Essas gerações estão retomando o sentido da continuidade histórica e elegendo e reconhecendo, nas lutas para a preservação da memória, a sua própria continuidade como sujeitos de direitos que valorizam e defendem a democracia em seus respectivos países e a reconhecem como efeito de lutas empreendidas no passado.

Práticas eliminacionistas e o uso deliberado da força bruta não é um apanágio apenas de governos ditatoriais, mas de populações inteiras que apoiam tais práticas manifestamente ou por omissão - e que as fazem perdurar, mesmo após a emergência de regimes democráticos nesses países. São eles os soldados que ceifam o terreno no qual violências maiores e em massa são perpetradas.

Destaco o Brasil como um caso exemplar. Em março de 2015 assistimos a uma manifestação popular maciça composta, predominantemente por pessoas defensoras dos ideários da extrema direita no país, elas foram em parte capitaneadas pelas grandes e oligopolistas redes de rádio e televisão no país, algumas dessas redes foram beneficiadas pelos anos de *governos civil-militar* que vigorou no país entre 1964 e 1985, Esses grupos e outros não aceitaram o resultado das eleições para a presidência da república em 2014 no Brasil. A população que foi às ruas apoiava práticas golpistas, defendia a volta da ditadura civil militar no país e incentivava práticas policiais incompatíveis como o respeito aos direitos humanos. Este conjunto muito representativo da *sociedade brasileira* compõe um apoio determinante para que o Brasil seja governado hoje, 51 anos após o golpe civil militar que implantou a ditadura no Brasil, por um presidente, vencedor do pleito

de 2018, que é reconhecidamente um apoiador público e notório de diversas violações aos direitos fundamentais e humanos no país.⁹

Alguns dados, anteriores ao resultado das eleições de 2018, indicam contudo que esse é um processo antigo jamais superado e para o qual o período democrático entre 1964 e 1985, não foi suficiente para criar a institucionalidade que evitaria tão radicais retrocessos. Vejamos:

- 1) O Brasil é hoje o país onde mais se comete homicídios predominantemente com armas de fogo no mundo.¹⁰
- 2) É um dos 5 primeiros países do mundo na prática do crime de feminício.¹¹
- 3) É o campeão de assassinatos homofóbicos do mundo.¹²
- 4) Tem em seu território a 4ª. Maior população carcerária do mundo.¹³
- 5) Possui uma das polícias militarizadas mais violentas do mundo.¹⁴

A correlação não é muito complexa e indica o seguinte:

Boa parte da sociedade brasileira é extremamente tolerante com a violência cometida contra mulheres, pobres, negros e minorias. Seja ela praticada por civis contra civis, seja praticada por agentes do estado contra

9 Refiro-me aqui ao presidente eleito em 2018 Jair Messias Bolsonaro. Suas posições foram publicizadas nacionalmente em diversas ocasiões. Talvez a mais emblemática delas tenha sido a homenagem por ele prestada a Carlos Brilhante Ustra em abril de 2016, durante votação da Câmara dos Deputados pelo prosseguimento do processo de impeachment da presidente Dilma Roussef, eleita em 2014. Ustra é reconhecido no relatório da Comissão Nacional da Verdade e por diversas testemunhas como torturador e assassino de opositores do regime civil militar iniciado em 1964. Entre 1970 e 1974 chefiou as operações do DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna) em São Paulo responsável por assassinar e torturar centenas de opositores do regime de exceção.

10 Ver: NAGAVI, M; MURRAY, C & VOS, T. Global mortality from firearms, 1990-2016. 2018 <http://www.healthdata.org/research-article/global-mortality-firearms-1990%E2%88%922016> Data de acesso: 21/05/2019
a) Ver: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/08/28/interna-brasil.702432/brasil-lidera-ranking-de-mortes-por-arma-de-fogo-no-mundo.shtml>. Data de acesso: 21/05/2019.

11 Ver: <https://nacoesunidas.org/onu-feminicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/amp/> Data de acesso: 21/05/2019

12 Ver: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-homossexuais-no-mundo> Data de acesso: 21/05/2019

13 Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/12/1941685-brasil-ultrapassa-russia-e-ago-tem-3-maior-populacao-carceraria-do-mundo.shtml> Data de acesso: 21/05/2019

14 Ver: <https://exame.abril.com.br/brasil/policia-brasileira-e-a-que-mais-mata-no-mundo-diz-relatorio/>Data de acesso: 21/05/2019

civis.¹⁵ Essas violências perpetuam-se e contam com a negação da autoria de que tais violências existiram, e foram seus apoiadores que as praticaram por ação ou omissão. A violência policial cujo modelo perdura praticamente inalterado desde o período da ditadura civil militar no Brasil, recebe de boa parte da população apoio incontestado. Mesmo muitas pessoas da classe trabalhadora e pobres apoiam uma violência institucional, baseada na repressão violenta e no encarceramento, que recai e se volta contra elas mesmas.

Os dados acima indicam que boa parte dos brasileiros não acredita e não pratica a solução pacífica de conflitos, sendo a morte um efeito natural e tolerado da solução de conflitos entre pessoas, salvo quando isso acontece com um membro das elites e de cor branca. Nesse caso a morte, tal como noticiada pelas grandes mídias, adquire o aspecto do extraordinário, do que não deveria ocorrer, da excepcionalidade. Não foi raro no Brasil ouvir a respeito de pessoas que se manifestam pelo retorno do *governo civil-militar golpista de 1964* que, tal apoio se devia a um desconhecimento ou à ignorância do que havia sido e o que havia ocorrido durante a ditadura civil militar.

Em minha opinião, essa afirmação é bastante problemática, porque ignora os milhões que se beneficiaram, se identificaram, se omitiram e/ou apoiaram as práticas de exceção implementadas pelas ditaduras brasileiras. São os apaniguados, apoiadores e, indiretamente, os filhos, netos e as gerações vindouras desses. Ainda é preciso acrescentar que as marcas profundas deixadas pela violência sistêmica implementada pela ditadura, iniciada em 1964, atravessaram sobretudo a vida naqueles que foram perseguidos, demitidos, torturados e nos familiares e amigos dos que foram mortos porque resistiram à ditadura. A grande maioria da população foi, portanto, poupada da violência direta.

Não houve uma análise maior sobre aqueles que não foram atingidos de nenhum modo pela violência de estado ditatorial, seja porque não reagiram e não resistiram a ele; seja porque não se manifestaram contra o regime em nenhum momento; seja porque o apoiavam ou o temiam ou ainda porque lhes era indiferente e conveniente. São os milhões de brasileiros para os quais a construção da memória desse período não lhes diz respeito e não lhes interessa de modo algum. Entre esses estão aqueles que sempre apoiaram as ditaduras e, hoje, apoiam seu retorno, mesmo que seja por vias extra legais, afrontando a constituição de 1988 e através de novos golpes de estado. Esses grupos desdenham a memória como efeito de manifestações contrárias à preservação de versões consagradas e

15 Remeto o leitor para a primeira parte de Endo, P.C. *A Violência no Coração da Cidade: Um Estudo Psicanalítico*. São Paulo: FAPESP/Escuta, 2005 em que analiso em maior detalhe o apoio da população à práticas violentas e discricionárias no Brasil e, especialmente, em São Paulo.

oficiais sobre o passado, e odeiam que se revele sua participação ou “alienação ativa” no apoio dado por seus antecedentes às ditaduras. Obviamente lembrar atrocidades cometidas implica também em suscitar o debate sobre responsabilidades, privilégios e enigmas não solucionados. Milhões de cidadãos comuns seriam imediatamente implicados e se reconheceriam como coparticipantes.

Vejam, então, a urgência dos trabalhos de memória num contexto em que há poucas verdades consensuais, inclusive sobre se houve ditadura no Brasil (ou ditabranda)¹⁶. A hegemonia dessas forças que atuam hoje no Brasil, exercem e exercerão seu poder de influência para manter e destituir governos. Eles representam enormes parcelas da população brasileira que ainda são contrários à emergência de verdades até hoje trancafiadas nos cofres das forças armadas no Brasil, na história das grandes empresas sediadas no Brasil e na vida de privilégios que tiveram os que apoiaram o governo ditatorial e que assim preservaram suas vidas e construíram ou consolidaram seus bens, sua riqueza e a de seus herdeiros.

Trata-se do mesmo modo dos herdeiros e apoiadores da *ditadura civil-militar* ainda ativos, vivos e ciosos dos benefícios conquistados no passado que possibilitou com que tais grupos de militares e parte do empresariado, dos políticos e de industriais continuassem prósperos e no comando do país. Prosperidade conseguida às custas do cerceamento de liberdades, ataques à democracia e violações aos direitos fundamentais. Portanto, é preciso destacar não só os dolos cometidos nesse período, como também as benesses produzidas e distribuídas alcançaram muitos privilegiados e atravessaram gerações.

16 Vale a pena lembrar um episódio significativo: Em 2009 a Folha de São Paulo, publicou editorial em que nomeava a *ditadura civil-militar brasileira* de ditabranda em oposição à ditadura, utilizando-se para isso da comparação do número de mortos e desaparecidos políticos no Brasil que, segundo o jornal, teria sido menor do que nas ditaduras chilena e argentina por exemplo. A posição do jornal gerou milhares de reações de seus assinantes e da sociedade civil, além de intelectuais que se posicionaram publicamente contra o jornal. Dias depois a Folha, na figura de seu diretor de redação voltaria atrás. O apoio do jornal à ditadura imposta em 1964, fora reconhecida depois pelo próprio jornal (Ver: PILAGALO, O. Os 90 anos da Folha em 9 atos. Acessível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha90anos/877777-os-90-anos-da-folha-em-9-atos.shtml> Data de acesso: 03/03/2019). Esse episódio revelou as graves consequências que posições como essa geraram no país que em 2016 viu acontecer o *impeachment* da presidenta eleita Dilma Roussef, que fora sucedido por um governo de direita liderado por Michel Temer entre 2016 e 2018 e a eleição de um governo de extrema direita em 2018. Apenas momentos antes do término das eleições o jornal iniciaria uma série de denúncias contra o candidato eleito. Por esse motivo, hoje o jornal representa um dos maiores desafetos do presidente da República eleito em 2018, conhecido apoiador de práticas de tortura e do governo civil-militar oriundo do golpe de 1964, curiosamente tendo, esse mesmo jornal, contribuído de forma indireta para mitigar as condenações e o repúdio à tortura no passado recente. Ver: SAKAMOTO, Folha reconhece que errou no caso Ditabranda. 2009. <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2009/03/08/folha-reconhece-que-errou-em-caso-da-ditabranda/>. Data de acesso: 03/03/2019

O Brasil é um caso de democracia paradoxal que reúne uma quantidade significativa de direitos conquistados e, concomitantemente, um aumento das violações a esses mesmos direitos conquistados, mesmo durante o período em que não vigorou uma ditadura de estado, após a reimplantação das eleições diretas em 1985. Boa parte do conjunto de leis lavradas no período permanece como letra morta porque não houve institucionalidade capaz de fazê-las vigorar no país.

OS IMPASSES DA MEMÓRIA EM DEMOCRACIAS CONSOLIDADAS

No terceiro eixo dos trabalhos de memória relativos às democracias consolidadas poderíamos citar alguns impasses vividos na Alemanha em relação ao seu passado. Atualmente os impasses na Alemanha no que tange ao seu passado nazista dizem respeito a culpa da nação alemã por crimes cometidos durante a vigência do nacional socialismo. Alguns autores e estudos demonstram e defendem que não seria possível a mortandade de milhões de pessoas dentro e fora da Alemanha, num momento em que o estado alemão estava em guerra aberta ou tensão nos países ocupados, sem o apoio de milhões de alemães comuns. (Adorno (1986); Goldhagen (1997))

A ideia de propagar a culpa alemã atravessa, portanto, a própria educação na Alemanha e está presente nos currículos das escolas alemãs. Porém a culpabilização vem sendo objeto de crítica pelos efeitos que tem gerado nas novas gerações. Alguns jovens alemães, pesquisados por Brockhaus (2012), decidiram se divorciar desse passado, seja discriminando-se de seus ascendentes, afirmando não terem qualquer relação com seus parentes nazistas que viveram antes deles ou, ao contrário, transformando seus parentes nazistas em heróis ou resgatadores de judeus. Outros, sentem-se culpados e se reconhecem como parte desse passado; outros, ainda, sentem afinidade com certos princípios do nazismo, mas mantêm isso em segredo.

O que parece ter produzido uma inflexão importante nesses casos foi, como o autor analisa, o deslizamento da culpa para a responsabilidade. Tal virada ocorreu, segundo Brockhaus(2012), quando o presidente Weizsacher celebrando o fim da segunda guerra mundial, 40 anos depois, em 1985, publicamente rejeita o sentido da culpa pública que conferia ao povo alemão um senso de identidade comum, enquanto enfatizava a responsabilidade de todos os alemães em reconhecer esse passado e esse legado e conclamando a responsabilidade por de um debito de lembrança e a memória devida às vítimas do nazismo (Brockhaus, 2012, p.40).

Nesse caso não seria preciso se sentir um nazista, identificar-se com eles para lutar contra sua repetição (proposição ancorada na culpa), mas assumir a responsabilidade para que as gerações futuras não tenham e

não venham a se incorporar aos ideários nazistas. Portanto, trata-se da responsabilidade e da busca por inteligibilidade permanente sobre aquelas condições que possibilitaram que o nazismo um dia existisse, e encontrar os meios para que seu retorno seja uma impossibilidade social e política na Alemanha.

Nem sempre a culpa passada instrui a culpa presente e os mecanismos sociais, psíquicos e políticos que geram e produzem culpa, podem ser muito diferentes daqueles que propõem a responsabilidade. Espiar a culpa passada pode, em alguns casos, promover o oposto da responsabilidade. Não é possível ser responsável por algo que o sujeito não cometeu e não estava lá para tentar evitar, como não é possível se sentir culpado por algo que ainda está por vir. Não se pode sentir-se culpado pelo futuro, mas é perfeitamente possível construir o senso de responsabilidade para com o devir.

RASTROS, RESTOS E RUÍNAS DO TRAUMA

Até aqui procurei indicar a importância e a potência dos trabalhos de memória e sua intrínseca relação com as democracias, ou a falta delas, no que o caracteriza como peça chave do exercício da possibilidade dos trabalhos da memória política, social e cultural. Todavia é igualmente importante que seja destacado o abismo ante o qual se coloca aquele que testemunha e produz memória.

É difícil encorajar alguém a verter em palavras uma experiência de perplexidade vivida, sofrida, testemunhada. A palavra não representa solução imediata e nem promete lenitivo para um dano sofrido. Seus efeitos são bem outros. O silêncio, o mutismo, a tensão calada, por outro lado, não guarda e nem comporta segredo, impossibilitando a transmissão pública e contribuindo para a ignorância social sobre um passado atroz. Os que silenciam, de algum modo, deliberada ou inconscientemente, portam um saber sobre isso.

É apenas nesse sentido, talvez, que o dever de dizer adquire algum sentido prospectivo, mas também inscreve-se nessa ética um traço de disabor, profunda tristeza e fracasso. Alguma coisa falta a dizer em tudo que se diz, em tudo o que se pode dizer sobre as catástrofes sociais e políticas empreendidas e vividas por humanos. Dever de contribuir para que outros saibam, conheçam, tenham notícia daquilo que jamais estará acessível pela experiência é, antes de ser objetivo necessário e corajoso, difícil e custoso. Mas mesmo que nenhuma palavra seja proferida sobre um passado doloroso há imponderáveis transmissões sorrateiras e inconscientes disparadas e em curso, e que permanecem produzindo e escancarando repetições intermináveis nos sujeitos, nas formas de governo e nas formações e deformações sociais e culturais.

O trauma não é um acontecimento pontual e doloroso que mina energias e destrói esperanças no tempo imediato, ao contrário, ele se traduz em sina, enigma e tarefa no tempo vindouro. Insenso à interpretação, à compreensão e às explicações o sempiterno sem sentido do trauma reside precisamente na força que ele extrai do imediato para se eternizar. A vigilância para que o trauma nunca mais se repita, revela o seu sempre. A evidência disso é que povos violentados no passado permanecem perpetrando violências contra outros povos, análogas àquelas que sofreram; países destruídos por totalitarismos, fascismos e colonialismos continuam amparando governos autoritários ou pseudodemocráticos; países cientes de seu papel como propagadores e mantenedores da memória e da história ainda são incapazes de admiti-la toda. Restos de segredo atravessam as aspirações pela verdade e mentiras e falácias ultrapassam e zombam do sincero e difícil relato testemunhal. A mentira e o cinismo com práticas discursivas de governos e pessoas continuam sendo os maiores inimigos do testemunho.

Em recente visita à universidade de Gdansk, na Polônia, estudantes poloneses me indagavam sobre a razão da idealização de setores da esquerda brasileira em relação ao socialismo e, mesmo ao comunismo, como utopia política. Eles falavam do ponto de vista de um país ocupado e barbarizado pelo exército vermelho após o fim da segunda guerra e, depois, pelas políticas de domínio e cessação de liberdades empreendidas pelos sucessivos governos da ex URSS. Respondi a eles que do mesmo modo, observamos hoje em dia, populações de alguns países do leste europeu que revelam uma certa idealização em relação aos Estados Unidos, presente e latente em países e povos invadidos e nações partidas ao meio, após a segunda guerra. Isso indica, do mesmo modo, algum desconhecimento das políticas norte americanas empreendidas no pós guerra nos países latino americanos. Do ponto de vista desses países, cujas ditaduras foram em boa parte patrocinadas pelos sucessivos governos norte americanos, a aura libertária dos governos e governantes americanos exibidas, manifesta ou discretamente, em museus da República Tcheca, Alemanha e Polônia, países que foram ocupados total ou parcialmente pela ex-URSS é, do ponto de vista dos povos da América Latina, no mínimo risível.

Tomemos um exemplo alemão. No *checkpoint* Charlie, um dos mais visitados locais de memória em Berlim, que fora o principal ponto de fiscalização e passagem entre as duas Alemanhas durante a guerra fria. Ali chega a ser constrangedor e até mesmo assustador, especialmente para um latinoamericano, se deparar com a exposição permanente Ronald Reagan, montada em 2009, anexa ao Mauer Museum. Essa exposição é efeito de longa campanha do filho de Ronald Reagan, Michael Reagan, para

que seu pai recebesse dos alemães as “devidas” homenagens pelo seu protagonismo durante o processo da queda do muro e o início do processo de reunificação alemã. Reagan é apresentado como um libertador democrata que livrou a Alemanha do autoritarismo comunista. No último andar do Mauer Museum diversas salas são reservadas à exibição de filmes tematizando os conflitos inerentes à divisão das duas Alemanhas. Entre eles estão em exibição permanente filmes americanos nos quais Ronald Reagan aparece como ator. Uma espécie de homenagem patética ao “glorioso” republicano caubói.

Espantoso vermos Ronald Reagan sendo apresentado como libertador enquanto na América Latina armava guerrilhas de direita e patrocinava contra revolucionários, em luta contra incipientes governos populares e de esquerda na América Central. Apoiando a herança ditatorial dos Somozas na Nicarágua, enquanto armava e financiava a guerrilha dos denominados contra revolucionários no país; amparando e dando suporte à ditadura homicida na Guatemala e ao autoritarismo criminoso em El Salvador, Ronald Reagan praticava o que Chomsky(2012) denominou de “guerras genocidas de Reagan”.¹⁷ Mas essa contradição revela um dos aspectos fundantes do traumático na cena política e pública: o efeito de constituição de personagens que institucionalizaram o caos para se beneficiar dele às custas dos assombros produzidos pelas guerras, nas quais seus governos foram protagonistas como supostos libertadores de uma mal por eles mesmos definido.

O uso, a posteriori, dos efeitos da guerra impõe formas de agenciamento do traumático utilizados amplamente por governos e governantes. Saber capitalizar sofrimentos e dores é parte da agenda e da economia política. Diz respeito aos usos políticos que se pode fazer sobre os efeitos inconscientes do trauma, que ainda gritam nos sobreviventes como afetos presentes e sem representação possível e contaminam as pessoas e gerações sucessivas como medo, pânico e terror. A guerra e seus efeitos ativam a pulsão de sobrevivência que, reativamente, conduz milhões de sujeitos à apoiar irrefletidamente práticas e discursos que prometem estancar a repetição do traumático às custas de mais sangue e lágrimas. Do mesmo modo, não raro, são os que prometem evitar catástrofes futuras com olhos marejados diante de grandes plateias, os mesmos que patrocinam e as promovem em outro tempo e lugar.

Há, portanto, na experiência e na herança do trauma o apelo e a

17 CHOMSKY, N. Perdendo o mundo”: o declínio dos EUA em perspectiva, 2012. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/politica/noam-chomsky-a-fase-do-declinio-autoinflingido.html> Data de acesso: 21/05/2019

expectativa para que promessas falaciosas e cínicas ocupem lugar. A mentira e as falsas promessas parecem restituir, desse modo, uma promessa psíquica inalcançável de chegar a um lugar sem dor e sofrimento, aceitável para aquele que ainda mal se ergue de ter vivido o insuportável. O *modus operandi* de sucessivos governos e práticas políticas no tempo do pós-traumático, revelam que o tempo do trauma é também um tempo sem espera; tempo imediato que aspira alguma panaceia agora, mesmo que oriundo de famigerados mentirosos. Que venha a alienação, a mentira, as soluções falsas se elas prometerem, num futuro imediato, lenitivo para dores sem horizonte de superação. Aí proliferam as *fake news*.

Esses governos que agenciam e fazem uso das consequências do traumático revelam-se lesivos porque, implicitamente e permanentemente, ameaçam os cidadãos com a possibilidade do retorno de sofrimentos agudos do passado - com o retorno de situações traumáticas já vividas ou conhecidas - ou a volta de práticas genocidas e ultraviolentas caso suas diretrizes e comandos não sejam aceitos e apoiados. Eles não cessam de exhibir seus potentes instrumentos bélicos de produção do trauma enquanto estão no poder.

Lembrar será sempre um sucedâneo e um coetâneo do esquecer. Naquilo que se lembra há algo que se esquece e daquilo que se esquece perdura um rastro do lembrado e, portanto, o lembrado esquecido e o esquecido lembrado compõem o sentido dos trabalhos de memória e deveriam compor, quiçá, as leituras e interpretações sobre os memoriais, arquivos, monumentos, museus e acervos. Não apenas o lembrado produz memória; o esquecido ainda não lembrado é o verdadeiro motor do trabalho memorial a partir do qual se realizam as pesquisas, as interpretações, os projetos, as lutas e reivindicações. Porém o esquecer somente será tolerado no seio das lutas pela memória, se e quando não for sinônimo de negação da história, de negação do traumático e dos que o cometeram.

A luta política empreendida em nome do lembrar, do não esquecer jamais, não apenas evidencia uma luta entre os que não podem esquecer e os que não querem lembrar, como observou Boaventura de Sousa Santos¹⁸, mas também uma luta pelo que lembrar, entre tantos motivos e experiências que reivindicam inscrição no debate público, mas que permanecem largados à sombra da lembrança mais remota. Nesse sentido os trabalhos da memória não podem ter como objetivo último o fotograma original de um acontecido sem metáforas, ao contrário, como revelou o poeta Paul

18 STRANGLER, J. 'Ditadura militar ainda está presente no Brasil, diz Boaventura', 2010 Disponível em: politica.estadao.com.br/noticias/geral,ditadura-militar-ainda-esta-presente-no-brasil-diz-boaventura,503264. Data de acesso: 01/03/2019

Celan, o deslocamento de sentido não se esgota na metáfora, mas deve ser arrancado da própria literalização a que se vêm forçadas as palavras para descrever o indescritível.¹⁹ Assim o poema impossível é restaurado segundo um novo princípio por Paul Celan: o poema deve nascer lá onde ele parece impossível, porém, doravante não pode mais zombar da força da literalização, mas transformá-la em sua potência inerte.

Nos museus e memoriais físicos erigidos em diferentes lugares, entre a miríade de visitantes, encontramos motivações muito diferentes. Há os que lá estiveram presos ou seus parentes ou amigos, os turistas de ocasião que tropeçam nos memoriais em sua agenda de visitação turística apertada, os jovens que os visitam em excursões organizadas pelas escolas, os pesquisadores, os vizinhos curiosos por conhecer uma atração pública recém-inaugurada etc. Uma comunidade de interesses, vocações e motivações conduzem alguém a esse algo que o memorial abriga.

Os memoriais, assim como certos museus, tornaram-se, supostamente, locais de convívio com o traumático. Tentativas bem ou malsucedidas de colocar lado a lado o belo e o terrível, o inteligível e o insuportável, o figurável e o indizível. Em certos lugares de memória, moradores e turistas descansam, bebem, caminham pelos jardins ao lado de locais erigidos para lembrar e esquecer, cientes de que celebram, ao mesmo tempo lembrando e esquecendo, a memória dos que foram assassinados, torturados, desaparecidos. Cafés, restaurantes e lojas ladeiam, algumas vezes sem ofender, tais sítios e áreas imensas de convívio e devolvem ao cidadão comum aquilo que lhe foi retirado pela força bruta. É uma paisagem recente, efeito de atrocidades e dos esforços para superá-la, e mais possíveis em alguns países do que em outros.

Em Berlim, isso é especialmente evidente. Diversos locais de memória, outrora de uso exclusivo de governos, grupos e pessoas específicas foram planejados e preparados para serem devolvidos às pessoas comuns em sua livre circulação pela cidade. Um elemento novo então é transmitido sutil e duradouramente. No lugar onde pessoas hoje convivem e podem se divertir distraidamente, anos antes o convívio fora coagido, proibido e o isolamento e a morte impostos. Poucos locais são tão eloquentes, no sentido da permissão politicamente orientada para representar um passado traumático quanto a capital alemã, porém segredos ainda perduram e alguns, como as atrocidades cometidas pelos libertadores do exército

19 Cito Paul Celan: *Leite negro da madrugada: não é nenhuma daquelas metáforas de genitivo, que nos é oferecida por nossos pretensos críticos, de forma a não irmos mais ao poema; isso não **mais** é figura de linguagem, oxímoro, é **realidade**.* | *Metáfora de genitivo = não, um nascer-umas-para-as-outras das **palavras** num momento de grande necessidade.* (Celan apud Oliveira, 2008, p.2).

vermelho após o final da segunda guerra nos países ocupados, e na Alemanha em particular, permanecem quase intactos e, talvez, permaneça obscuro e inconfessável durante um tempo impossível de prever.²⁰ Os governos e soldados aliados ainda representam, falsamente, os que lutaram contra o horror e as atrocidades humanas, porém o ciclo de revelações sobre as atrocidades cometidas por soldados russos, americanos, ingleses e franceses ainda está guardada a sete chaves.

A memória só faz sentido no campo dos direitos humanos como luta dinâmica e interminável. Não há ponto de chegada para os que trabalham por e pela memória, simplesmente porque não há celebração justa para os milhões de atingidos pelas atrocidades cometidas pelo homem contra o homem. O direito pela memória ainda se exerce como luta pela fundação de um direito negado e jamais alcançado pelos tribunais. No seio dessas lutas se digladiam o sujeito contra o estado, a justiça contra o direito, a singularidade contra a generalidade, a humanidade contra o homem. A pergunta sem resposta ainda é: Serão os homens e mulheres ou a maioria dos homens e mulheres que assumem protagonismo e liderança entre grupos, povos e nações capazes de sustentar a humanidade - a sua própria e a alheia - acima de quaisquer outras aspirações e valores? Teríamos superestimado a capacidade dos humanos de se reconhecerem nas suas aspirações mais sublimes? A humanidade seria um patamar elevado demais para os humanos? Ou que como diz Brecht (2000, p.212-214) : mesmo os que aspiram a bondade seriam incapazes de serem bons?

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. *Educação após Auschwitz*. Trad. de Aldo Onesti. In: Cohn, G.(organização e seleção) Theodor W. Adorno. Sociologia. São Paulo: Ática, 1986, pp. 33-45.
- Anonymous. *A Woman in Berlin*. London: Virago Press, 2011
- ASSMAN, A.; SHORTT, L. *Memory and Political Change*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2012.
- BBC News Lei protege Polônia de acusações de conivência com crimes nazistas e cria mal-estar diplomático. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/lei-protege-polonia-de-acusacoes-de-conivencia-com-crimes-nazistas-e-cria-mal-estar-diplomatico.ghtml>. Data de acesso: 22/05/2018
- BRECHT, B. *Poemas (1913-1956)*. Seleção e tradução Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Editora 34, 2000.

²⁰ Refiro-me aqui especialmente ao estupro em massa cometido pelas tropas aliadas contra as mulheres alemãs nos estertores da 2ª guerra, como um prêmio aos russos pela batalha vencida. Esse crime foi, provavelmente, um dos maiores estupros em massa de mulheres conhecidos na história moderna e que permanece silenciado e impune. Ver: Anonymous. *A Woman in Berlin*. London: Virago Press, 2011

- BROCKHAUS, G. *The emotional legacy of the National Socialist Past in Post-War Germany*. In: Assman, A. & Shortt, L. *Memory and Political Change*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2012, p.34-49.
- CHOMSKY, N. Perdendo o mundo”: o declínio dos EUA em perspectiva, 2012. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/politica/noam-chomsky-a-fase-do-declinio-autoinflingido.html> Data de acesso: 21/05/2019
- ENDO, P.C. *A Violência no Coração da Cidade: Um Estudo Psicanalítico*. São Paulo: FAPESP/Escuta, 2005.
- ENDO, P.C. *Banido, bando, bandido, bandeirante*. Percurso. São Paulo: p. 61-70, v. 3, 2014.
- FREITAS, A. *Arte de Guerrilha*. São Paulo: Edusp, 2013.
- FREUD, S. *A Interpretação dos Sonhos* [1900]. Tradução Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2012.
- FREUD, S. *Mais além do princípio do prazer* [1920]. Tradução Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2018.
- FREUD, S. *Moisés e a religião monoteísta* [1938]. Tradução: Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2018.
- GOLDHAGEN, D.J. *Os carrascos voluntários de Hitler*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- Human Rights Watch. Rights Struggles of 2013: Stopping mass atrocities, majority bullying and abusive counterterrorism. 2013. Disponível em: www.hrw.org/world-report/2014/essays/rights-struggles-of-2013?page=2. Data de acesso: 03/03/2019.
- JOFFILY, M. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. São Paulo: EDUSP, 2012.
- NAGAVI, M; MURRAY, C & VOS, T. Global mortality from firearms, 1990-2016. 2018 <http://www.healthdata.org/research-article/global-mortality-firearms-1990%E2%88%922016> Data de acesso: 21/05/2019
- OLIVEIRA, M.C. *Diálogo inconcluso entre Paul Celan e Theodor W. Adorno*. 2008. Disponível em: http://www.abralic.org.br/eventos/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/018/MARIANA_OLIVEIRA.pdf. Data de acesso: 18/02/2019.
- PILAGALO, O. Os 90 anos da Folha em 9 atos. Acessível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha90anos/877777-os-90-anos-da-folha-em-9-atos.shtml> Data de acesso: 03/03/2019
- ROUSSEAU, F.; SEGADO, S. *Territorios, escrituras y destinos de la memoria*. Buenos Aires: trenenmovimiento, 2018.
- SAKAMOTO, Folha reconhece que errou no caso Ditabranda. 2009. <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2009/03/08/folha-reconhece-que-errou-em-caso-da-ditabranda/>. Data de acesso: 03/03/2019
- SCHWAB, G. *Replacement Children: The Transgenerational Transmission*

fo Traumatic Loss. In: Assman. A. & Shortt, L. *Memory and Political Change*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2012, p.17-33.

STRANGLER, J. 'Ditadura militar ainda está presente no Brasil', diz Boaventura

Disponível em: politica.estadao.com.br/noticias/geral,ditadura-militar-ainda-esta-presente-no-brasil-diz-boaventura,503264. Data de acesso: 01/03/2019

YOUNG, J. *At memory's edge: After images of the contemporary art and architecture*. New Haven: New Haven and London/ Yale University Press, 2000.